

# Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Indenização de seguro de vida ou de imóvel deve ser declarada ..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita define plano para divulgar dados sobre renúncia fiscal ..... 4

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf suspende julgamentos por greve de servidores da Receita, que pedem bônus ..... 6

FOLHA ONLINE - SP  
SEGURIDADE SOCIAL

Fila do INSS cresce com impasse em torno de bônus para servidores e peritos (inss)  
..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Majoria dos partidos promete dar apoio ao arcabouço fiscal ..... 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cashback pode virar desconto ou crédito em cartão social ..... 11

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Carro popular para quem? - ZEINA LATIF ..... 12

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Custo Brasil sobe e chega a R\$ 1,7 trilhão por ano, mostra estudo ..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Zona Franca mantida ..... 16

VALOR ONLINE - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alterações têm baixo impacto, dizem economistas ..... 17

RÁDIO CÂMARA FM 96,9 - DF - CÂMARA ABERTA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Arthur Lira espera que a votação das novas regras fiscais da Reforma Tributária ocorra neste semestre  
..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

CGU retira 252 sigilos impostos por Bolsonaro ..... 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Marcos legais na produção da riqueza ..... 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Garimpo é problema de Estado ..... 25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Isonomia tributária para a concorrência justa (Artigo).....	26
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Lula afirma que Petrobras começa a "abrasileirar" preços.....	28
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO ECONOMIA Decisão acertada no momento certo (Editorial).....	30
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA ECONOMIA Relatorio do arcabouço preserva salário mínimo.....	32
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA ECONOMIA Petrobras reduz os preços de gasolina, diesel e gás de cozinha.....	34
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA Mudanças feitas por relator do arcabouço dividem economistas.....	36
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA Regra fiscal traz avanço, mas ainda gera incerteza, dizem economistas.....	39
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA Relator mantém Bolsa Família sujeito à regra fiscal.....	41

# Indenização de seguro de vida ou de imóvel deve ser declarada

**Fernando Narazaki**

Apesar de ser um valor pago durante todo o ano, quem tem um seguro de vida, de imóvel ou de carro não precisa declará-lo no Imposto de Renda 2023 e, se informar, não consegue deduzir o que pagou.

Porém, é preciso informar a **Receita Federal** caso tenha ocorrido o recebimento de alguma indenização.

A declaração do seguro não é obrigatória por ser considerado um serviço financeiro. "Você contrata um serviço que alguém vai te indenizar se ocorrer algo. Já a indenização [recebida] precisa ser declarada, pois configura uma movimentação financeira, e a Receita precisa saber", afirma o advogado tributarista Jonathas Lisse, do VRL Advogados.

No caso de recebimento de dinheiro da seguradora, o contribuinte tem de declarar como um rendimento isento. "Esse valor serve para indenizar um dano e não é caracterizado pela Receita como um aumento patrimonial", diz.

Na ficha "Rendimentos Isentos e Não Tributáveis", na linha 03 (Capital das apólices de seguro ou pecúlio pago por morte do segurado, prêmio de seguro restituído em qualquer caso e pecúlio recebido de entidades de previdência privada em decorrência de morte ou invalidez permanente), é preciso informar o valor recebido da seguradora.

No caso dos seguros de carro e imóvel, a contadora Adriana Ruiz Alcazar, sócia da Seteco Consultoria Contábil, recomenda informar também em "Bens e Direitos", na ficha do bem que motivou a indenização, o que causou o pagamento do sinistro (roubo, furto, dano ou outra situação).

"Inclua no campo Discriminação de Bens e Direitos que houve o acionamento do seguro, que foi pago o valor X e coloque a data. Se foi o caso de um carro furtado ou roubado e sem recuperação, precisa informar que foi feito boletim de ocorrência e deixar zerada a Situação 31/12/2022, pois você não tem mais esse bem."

Se o valor repassado pelo seguro foi usado na compra de outro bem semelhante, o contribuinte deve informar no campo de Discriminação de Bens e Direitos desse

novo bem a quantia paga e os dados da seguradora. Além disso, precisa dar baixa no bem antigo, deixando zerado o campo Situação em 31/12/2022.

"Agora, se você bateu o carro, acionou a franquia e não recebeu nada do seguro, não é preciso declarar", explica Jonathas Lisse.

Nos casos de seguro que têm pagamento de benefício em virtude da cláusula deco-bertura por sobrevivência ou resgate, será necessário pagar imposto sobre ele. O plano de previdência privada VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres) é um dos exemplos.

A declaração é feita em "Rendimento Sujeitos à Tributação Exclusiva/Definitiva". Selecione o tipo de rendimento 12 (Outros) e informe o nome e CNPJ da seguradora. Em descrição, explique que foi indenização de seguro por cobertura de sobrevivência ou resgate e coloque o valor pago.

"Esses dados normalmente são enviados pela seguradora no informe de rendimentos. Caso não tenha recebido, é preciso solicitar", diz Alcazar.

O prazo para enviar a declaração acaba no dia 31 de maio, às 23h15. Quem é obrigado e atrasa o envio paga multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido no ano.

É obrigado a declarar quem recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 no ano, o que inclui salário, aposentadoria e pensão do **INSS** ou de órgãos públicos, dentre outras exigências.

**Site:**

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50279&maxTouch=0>

# Receita define plano para divulgar dados sobre renúncia fiscal

**Guilherme Pimenta De Brasília**

A **Receita Federal** deu início ao plano do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de "abrir a caixa-preta das renúncias fiscais" no Brasil. De acordo com uma portaria do órgão, até o fim deste mês, o fisco divulgará em seu site informações atualizadas relativas a incentivo, renúncia, benefício ou imunidade de natureza tributária de empresas.

Terão suas informações divulgadas empresas beneficiárias de uma série de programas e regimes tributários diferenciados oferecidos pelo governo federal, que vão desde benefícios fiscais do horário eleitoral até vantagens obtidas por entidades sem fins lucrativos de diversas áreas, incluindo entidades religiosas e beneficiários do regime da Zona Franca de Manaus.

De acordo com o texto, publicado na última semana, as informações serão atualizadas semestralmente.

Inicialmente, os dados que serão divulgados pela **Receita Federal** serão relativos ao ano-calendário 2021.

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024 enviado ao Congresso em abril estima em R\$ 486,150 bilhões os chamados gastos tributários, que são descontos ou isenções de **impostos** concedidos a setores específicos. O valor é 6,6% maior, em termos nominais, do que o estimado para este ano.

Eles estão na mira da Fazenda, que tenta recompor sua base tributária, principalmente para dar sustentação ao arcabouço fiscal.

A meta do ministro é cortar um quarto dos privilégios - R\$ 150 bilhões -, chamados por ele de "jabutis tributários".

As renúncias de arrecadação com o Simples, considerado o maior gasto tributário, estão estimadas em R\$ 102,378 bilhões. O programa das micro e pequenas empresas não está no rol dos que podem ser revistos pelo atual governo e os beneficiários não terão suas informações divulgadas pela Receita, de acordo com a portaria.

A Receita dividiu a divulgação dos dados em cinco

categorias: benefícios declarados na Escrituração Contábil Fiscal (ECF) do contribuinte, empresas imunes e isentas de recolher **tributos**, incentivos relacionados a PIS/Cofins vinculados à Importação, benefícios relacionados a Imposto de Importação e IPI e Benefícios Fiscais e Regimes Especiais de Tributação.

A portaria estabelece que os dados serão divulgados "em formato que melhor atenda ao interesse público, no portal institucional da RFB e no portal de dados abertos do Governo Federal".

Elas serão apuradas por três áreas da **Receita Federal**: Coordenação- Geral de Fiscalização (Cofis), Coordenação- Geral de Administração **Aduaneira** (Coana) e Coordenação- Geral de Gestão de Cadastros e Benefícios Fiscais (Cocad).

Caso a empresa identifique que seus dados foram divulgados com erros, poderão solicitar correção por meio do canal de ouvidoria do governo federal.

Para o advogado Matheus Bueno, sócio do Bueno Tax Lawyers, a divulgação dessas informações é "oportuna num momento de discussão profunda de uma **reforma tributária**, que inevitavelmente passa por uma **revisão de prioridades**".

"Embora uma análise caso a caso possa indicar eventuais conflitos para os contribuintes, no fim do dia não se nega que tratamentos excepcionais a setores, regiões ou contribuintes individuais, às custas de arrecadação, merecem um nível maior de escrutínio, em prol inclusive da concorrência leal do mercado", considerou o advogado.

Na avaliação de Lina Santin, pesquisadora do NEF/FGV e sócia de Salusse Marangoni Parente Jabur Advogados, a medida que busca "abrir a caixa-preta" das renúncias fiscais "é muito positiva para a transparência do nosso sistema e para fortalecimento da democracia brasileira".

"É através do acesso a estes dados que poderemos discutir a eficácia de diversos benefícios fiscais, bem como a pertinência de mantê-los, face a necessidade de arrecadação", considerou a advogada.

Ela também falou que a divulgação dessas

informações não pode ser confundida com abrir dados cobertos por sigilo fiscal.

"A proteção ao sigilo inclui apenas dados sensíveis do contribuinte, sensíveis à privacidade do contribuinte e que de fato constituam segredo do negócio, como a fórmula do refrigerante, mas nunca sobre dados arrecadatórios e menos ainda sobre os benefícios fiscais que faz uso, que acarretam renúncia fiscal", explicou Lina.

"A concepção de sigilo modificou-se e também se tornou um trunfo nas mãos das empresas privadas: a herança do segredo se transformou em estratégia de mercado e o sigilo (inclusive o fiscal) começou então a fazer parte do "segredo do negócio", sem considerar a extrema relevância e peso da variável fiscal na livre concorrência", considerou.

Em entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo" no fim de abril, Haddad disse que "nós não temos, na Fazenda, tabu em abrir contas do orçamento fiscal nebuloso".

"Queremos abrir. A caixapreta do gasto fiscal é a maior da história", anunciou na ocasião.

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ONLINE  
Receita define plano para divulgar dados sobre renúncia fiscal

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187546?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187546?page=1&section=1)**

# Carf suspende julgamentos por greve de servidores da Receita, que pedem bônus

*Agência Estado*

O **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** suspendeu na terça-feira (16/5) os julgamentos da semana por causa do início de uma greve de auditores da **Receita Federal**, que pleiteiam a regulamentação do pagamento do bônus de eficiência da categoria. Estavam previstas nove sessões entre terça e quinta-feira (18/5)

A medida se deve à falta de quórum regimental para instalação e deliberação do colegiado, motivada pela adesão dos conselheiros representantes da Fazenda Nacional, ao movimento grevista da categoria funcional, informou o **Carf** em nota. A suspensão foi definida pelo presidente do conselho, Carlos Higinio Ribeiro de Alencar, em portaria.

O acirramento da mobilização foi decidido na segunda-feira (15/5) em assembleia, de acordo com o Sindifisco Nacional, entidade que representa os auditores. A categoria também decidiu fazer um protesto e não usar os computadores da **Receita Federal** nesta terça (16/5) e quarta-feira (17/5).

Os auditores querem a regulamentação de uma lei de 2017, que trata do bônus de eficiência, o que não ocorreu até o momento. Eles também alertam para a redução do orçamento da Receita e falta de reposição de servidores por concurso.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br).

**Site:**

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/05/5095044-carf-suspende-julgamentos-por-greve-de-servidores-da-receita-que-pedem-bonus.html>

# Fila do INSS cresce com impasse em torno de bônus para servidores e peritos (inss)

**Idiana Tomazelli**

A fila de espera por benefícios do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) voltou a crescer no início do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em meio a um impasse sobre o pagamento de um bônus para servidores e peritos ampliarem a análise dos requerimentos.

Segundo dados do Ministério da **Previdência Social**, 1,05 milhão de brasileiros aguardavam perícia médica em abril deste ano. O número é 13,3% maior do que em dezembro de 2022 (930,6 mil) e representa um salto em relação à média de 490 mil pedidos aguardando agendamento nos três primeiros meses do ano passado.

Benefícios que já passaram por perícia ou não dependem dessa análise esbarram em uma segunda fila, a de processos de requerimento inicial no **INSS**. Nesse caso, a quantidade de pedidos pendentes chegou a 1,38 milhão em março de 2023 -300 mil a mais do que em dezembro de 2022. Em abril, o número recuou a 1,26 milhão, mas ainda está acima do ano passado.

Cerca de dois terços das perícias médicas solicitadas estão relacionadas a benefícios por incapacidade. Outros 20% têm relação com o BPC (Benefício de Prestação Continuada), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, enquanto uma parte menor contempla aposentadoria especial por exposição a agentes prejudiciais à saúde.

A fila geral do **INSS**, por sua vez, inclui principalmente pedidos de aposentadoria.

A demora na concessão dos benefícios tem impacto no cotidiano das famílias e também gera custos para o setor público, devido à necessidade de pagar valores retroativos, os chamados atrasados do **INSS**, com correção monetária e juros.

A redução dessa fila foi uma das promessas de campanha de Lula, que almeja pôr fim a um problema que já se arrasta desde governos anteriores. O objetivo é colocar as análises em dia respeitando os prazos de resposta a esses requerimentos. Hoje, há beneficiários que aguardam mais de seis meses para conseguir uma perícia médica.

O pagamento de um bônus por análise extra tem sido usado de forma intermitente desde 2016 para acelerar as análises. Desde o fim de 2022, porém, seu pagamento está suspenso, devido ao entendimento de que não era possível autorizar a despesa para além do ano eleitoral.

Os peritos e demais servidores do **INSS**, por sua vez, cobram a retomada do pagamento extra, que significa um incremento importante em seus salários. Enquanto isso não acontece, as filas seguem em alta.

O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, já cobrou uma solução dos colegas Fernando Haddad (Fazenda), Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) e Esther Dweck (Gestão e Inovação), mas ainda não houve definição sobre o tema.

Além da necessidade de recursos no Orçamento, o pedido de Lupi esbarra em uma questão mais ampla. Após negociar um reajuste linear de 9% aos servidores a partir de maio, o Executivo não quer fazer concessões pontuais, que possam parecer tratamento diferenciado a determinada carreira.

O temor é que atender à demanda dos peritos e dos servidores do **INSS** abra brecha para outras categorias pedirem aumentos salariais mais vultosos ou a implementação de seus próprios bônus -como é o caso da **Receita Federal**. Os auditores fiscais inclusive retomaram a mobilização que pede a regulamentação dessa bonificação (o que resultaria em valores maiores pagos mensalmente aos profissionais).

Hoje, os peritos têm como meta concluir 12 análises por dia. Ao todo, há 2.900 peritos, para um volume mensal médio de 400 mil novos pedidos que exigem perícia médica no **INSS**. De acordo com a Previdência, o número atual de servidores consegue atender a 95% da demanda mensal e é insuficiente para atacar o passivo acumulado -o que provoca aumento da fila.

O pagamento do bônus é visto como uma solução para equacionar o problema. Até dezembro, os peritos recebiam R\$ 61,72 por análise extra. Naquele mês, os funcionários conseguiram realizar 120 mil avaliações adicionais.

Dentro do ministério, a retomada do pagamento extra é vista como essencial para que o governo consiga cumprir sua promessa de zerar a fila do **INSS**. A intenção é que uma MP (medida provisória), com vigência imediata, seja publicada até o fim de maio.

Nesse cenário, a pasta estima que seria possível zerar a fila em seis meses. O cálculo considera a adesão de apenas metade dos peritos e uma análise extra de 200 mil perícias por mês.

O valor a ser pago por avaliação adicional, no entanto, é um dos pontos de controvérsia dentro do governo, de acordo com interlocutores dos ministérios. Há uma expectativa de que o repasse seja maior que os R\$ 61,72 pagos anteriormente, podendo passar dos R\$ 70.

Para justificar o valor maior, uma das propostas é cobrar uma meta diária superior a 12 análises para que o perito tenha direito ao bônus, pago apenas por processo extra concluído (ou seja, acima da meta).

Há também discussões sobre a necessidade de estabelecer um teto para pagamento de bônus aos peritos, para evitar ruídos com as demais carreiras. No entanto, essa proposta tem potencial para desestimular a adesão, segundo pessoas que participam das negociações.

A MP também deve retomar o pagamento de um bônus para os servidores do **INSS** que analisam os requerimentos que já passaram por perícia ou não dependem dessa etapa para serem processados.

Enquanto a MP não é publicada, o governo discute liberar a nomeação de novos servidores do **INSS**, aproveitando o cadastro de reserva de um concurso já realizado.

Além do impasse em torno do bônus em si, a discussão sobre a fila da Previdência tem reflexos na programação Orçamentária. Quando há represamento nas concessões, o governo ganha tempo e poupa recursos no curto prazo. Isso gera um alívio do lado das despesas, embora temporário.

Por outro lado, quando o governo acelera as análises para atacar a fila, a despesa com benefícios tende a dar um salto. No fim de 2022, o governo de Jair Bolsonaro (PL) precisou recorrer ao TCU (Tribunal de Contas da União) para poder usar exceções legais e autorizar um crédito de R\$ 7,5 bilhões fora do teto de gastos para bancar os pagamentos do **INSS**.

Na época, como mostrou a Folha, a redução veloz da fila foi o principal combustível para o aumento das despesas. Segundo interlocutores, auxiliares do então

ministro Paulo Guedes inclusive pediram para o ministro do Trabalho e Previdência na ocasião, José Carlos Oliveira, tirar o pé do acelerador nas análises para evitar um colapso no Orçamento.

Agora, segundo interlocutores do atual governo, o Ministério da Fazenda também tem pedido rigor nos cálculos da despesa projetada com a redução da fila, uma vez que um aumento nos gastos da Previdência pode exigir cortes em outras áreas.

Até o momento, já se espera uma alta de cerca de R\$ 1 bilhão nos gastos do **INSS**, caso a fila de perícias seja reduzida à metade até o mês de dezembro. A revisão total, porém, tende a ser ainda maior.

O **INSS** vê necessidade de uma suplementação orçamentária a partir de outubro ou novembro, dado que os cálculos atuais são considerados subestimados. Como mostrou a Folha, o governo optou por considerar o salário mínimo de R\$ 1.302 na reavaliação do Orçamento feita em março e cortou despesas do **INSS**, a despeito dos alertas da Previdência de que esse movimento seria insustentável. Agora, o gasto deve subir novamente, já que Lula oficializou o novo piso nacional em R\$ 1.320.

Com a retomada dos bônus, o objetivo do governo é voltar ao cenário que havia em 2009, quando o prazo médio das perícias era de 30 dias. Hoje, segundo dados de abril da Previdência, essa espera chega a 199 dias no Tocantins, 188 dias no Amazonas e 176 dias no Sergipe. Há uma preocupação com o fato de que os piores indicadores estão nas regiões Norte e Nordeste, justamente onde há maior número de famílias em situação de vulnerabilidade.

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) afirmou que a proposta do bônus está em análise pela área técnica e terá aspectos jurídicos e orçamentários analisados. "Tão logo o MGI tenha uma posição definida sobre o tema, serão feitos os encaminhamentos necessários, o que inclui a atuação de outras pastas, tais como o Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ministério da Previdência e a Casa Civil da Presidência da República", afirma.

**Site:** <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/05/fila-do-inss-cresce-com-impasse-em-torno-de-bonus-para-servidores-e-peritos.shtml>



# Maioria dos partidos promete dar apoio ao arcabouço fiscal

**Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro, Vandson Lima e  
Guilherme Pimenta De Brasília**

A maioria dos partidos da Câmara deve aprovar o projeto do novo arcabouço fiscal após as mudanças feitas pelo relator, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), que incluiu regras para conter a expansão dos gastos se o governo federal descumprir a meta fiscal estabelecida em lei. O acordo costurado entre as bancadas governistas e independentes pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é que a votação ocorra na próxima semana sem a apresentação de emendas.

A exceção são o Novo, com apenas três deputados, o PL, com 99, e provavelmente o Psol/Rede, com 14. "O parecer despiorou, mas para ficar bom tem que manter o teto de gastos. Esse projeto é uma licença para gastar e permite aumentar as despesas atrelado ao crescimento das receitas", disse o líder da oposição na Câmara, deputado Carlos Jordy (PL-RJ). O partido de oposição vai propor quatro emendas ao texto, mas ainda não decidiu quais. Apesar disso, aliados de Lira esperam que pelo menos 30 dos 99 votos sejam pela aprovação do projeto de Cajado.

Cajado incluiu gatilhos que serão acionados caso o governo descumpra a meta fiscal, como a proibição de aumento real para os **servidores públicos** e veto à expansão de incentivos tributários.

A única exceção foi autorizar o aumento real do salário mínimo, um pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) negociado pessoalmente pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

A inclusão dessas restrições a gastos foi essencial para que partidos de centro-direita e direita apoiassem a proposta. "Vamos apoiar, o texto está de acordo com o que prega o estatuto social do partido acerca da responsabilidade fiscal", afirmou o deputado Gilberto Abramo (MG), vicelíder do Republicanos.

O líder do União, Elmar Nascimento (BA), garantiu que o partido votará a favor e vetou a apresentação de requerimentos do partido para modificar o parecer no plenário. "Temos acordo entre os líderes para não fazer emendas porque o projeto chegou num meio termo do que é bom para todo mundo", justificou.

Deputados que defendiam restringir ainda mais os gastos do governo, como Mendonça Filho (União-PE) e Kim Kataguiri (União-SP), avisaram que então votarão contra o projeto.

O PT também tem resistências internas, mas a bancada definiu, por orientação do governo, que votará a favor da proposta e que também não apresentará emendas.

O líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PTCE), prometeu que o presidente Lula não fará vetos, se tudo for aprovado como está no parecer.

Haddad também minimizou as mudanças e afirmou que é natural ter "de ceder em alguma coisa", mas que o novo marco é de "Estado, não de governo". "Se você perguntar para o governo, o governo mandou um projeto de lei, mas sabe que há muitas forças no Congresso Nacional e é natural que o relator tenha de ouvir todo mundo para angariar o maior apoio possível", disse.

A Câmara deve aprovar hoje requerimento de urgência, o que permite levar o projeto direto ao plenário, sem passar pelas comissões.

Na próxima semana, entre terça e quarta-feira, será votado o mérito da proposta, com a análise também das emendas.

Cajado tem feito rodadas de reuniões com os partidos para dirimir as dúvidas e negociar eventuais ajustes até esta data.

Por enquanto, a ideia com mais chances de prosperar é que Haddad vá à Câmara semestralmente para expor as metas fiscais.

Enquanto as discussões ainda ocorrem na Câmara, no Senado as negociações já avançam para que o PSD exerça a relatoria da proposta, principalmente por conta da melhora nas relações entre o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e o governo do presidente Lula (PT), que andavam estremecidas.

Pacheco se reuniu por várias horas na segunda-feira com integrantes da coordenação política do governo e, ontem, o tom do presidente do Senado mudou.

Passou de cuidadoso para amplamente favorável aos planos do governo de aprovar rapidamente o marco fiscal. "Está evoluindo muito bem. As conversas que tive hoje com os deputados Aguinaldo Ribeiro [PP-PB], com Elmar [Nascimento, União-BA], todo mundo muito otimista com a aprovação na Câmara. Aprovando lá, vamos aprovar no Senado", afirmou categoricamente.

Com a melhora na relação, o PSD passou a ser a escolha natural para relatar o arcabouço, posto antes cogitado para o senador Davi Alcolumbre (União-AP).

Um dos cotados é o senador Omar Aziz (PSD-AM). Amigo do presidente Lula, Aziz foi presidente da CPI da Covid. Questionado, ele não confirmou nem desmentiu que seu nome esteja cotado. Sobre o parecer de Cajado, o senador disse que as mudanças "facilitaram muito" a aprovação.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187546?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187546?page=1&section=1)**

# Cashback pode virar desconto ou crédito em cartão social

ED ALVES/CB/D.A.Press



**Appy: devolução de impostos na cesta básica favorece baixa renda**

O governo federal estuda proposta de devolver imposto que incide sobre a compra de alimentos e produtos da cesta básica para a população, em uma espécie de cashback.

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, afirmou ontem que "cashback" poderá ser concedido na forma de desconto, no ato da compra, ou como crédito no cartão do programa social.

"Estamos estudando várias experiências internacionais, inclusive a possibilidade de fazer direto na boca do caixa, reduzindo na hora que vai fazer o pagamento, já teria o cashback de volta diretamente no momento de fazer o pagamento", afirmou Appy em entrevista ao programa A Voz do Brasil.

Appy, disse que a proposta está em construção com a prioridade de favorecer as famílias de baixa renda, como as incluídas em programas sociais. "A ideia do cashback é um sistema de devolução do imposto para os consumidores. Qualquer que seja o desenho do cashback, ele vai favorecer mais as famílias de menor renda do que as famílias de maior renda", disse.

Uma das propostas analisadas, conforme o secretário, é devolver o valor na boca do caixa. O consumidor receberia, por exemplo, um desconto no momento do pagamento do produto.

Bernard Appy disse ainda que a Zona Franca de Manaus será preservada das alterações previstas na

## reforma tributária.

"O governo pretende rever desonerações fiscais, mas a Zona Franca será preservada, por ser muito importante para o estado do Amazonas. O que o governo está discutindo é uma transição muito lenta para um novo modelo de desenvolvimento da região, que explore melhor as vocações regionais.

Uma transição que não vai gerar nenhuma turbulência, nenhuma insegurança para as empresas que já estão instaladas", explicou.

A expectativa do governo é que o Câmara dos Deputados aprove até meados de julho a **reforma tributária** em tramitação, e no Senado, nos meses seguintes.

**Site:**

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/05/17/all.pdf>

# Carro popular para quem? - ZEINA LATIF

**ZEINA LATIF**

O governo pretende resgatar políticas de estímulo à indústria automobilística. Fala-se em benefícios para toda a cadeia, englobando linhas de crédito, reduções tributárias e aumento do índice de nacionalização. O foco será o carro "popular", com o objetivo de termos automóveis no valor de R\$ 50 mil. É longa a lista de problemas.

Primeiramente, a política vai contra a promessa do presidente Lula de "colocar o pobre no Orçamento". Em um país onde 70% das pessoas ganham até dois salários-mínimos, são poucos que podem ter um carro; por seu valor e pelos custos associados, como combustível, IPVA, manutenção e juros do empréstimo, que facilmente somam R\$ 1.500/ mês (considerando um carro de R\$50 mil).

Os estímulos acabarão por beneficiar os grupos entre os 10% de maior renda.

Isso vale mesmo assumindo que a política será exitosa em reduzir preços de forma relevante, o que é pouco provável. A depender do modelo de benefício tributário, não necessariamente ele será repassado a preços finais, gerando apenas maior margem de lucro das empresas.

Além disso, aumentar o índice de nacionalização, como pretendido, vai na contramão da agenda de reduzir o preço de automóveis.

Há certamente outras prioridades e demandas das camadas populares, que anseiam por serviços públicos de qualidade, incluindo mobilidade, ou mesmo conectividade. O déficit habitacional está muito associado a moradias distantes das oportunidades de trabalho e de serviços públicos. A falta de transporte público, em quantidade e qualidade, representa grave falha do poder público.

A iniciativa não vai pegar bem junto à comunidade internacional. Estimular o transporte individual, e não o coletivo, é uma política que fere a agenda ambiental, mesmo sob o argumento de os carros mais modernos e flex serem menos poluidores. Ainda que o benefício fosse direcionado a carros elétricos, necessitaria de maiores estudos. A experiência da Noruega de subsídio a carros elétricos tem sido questionada por conta dos muitos efeitos colaterais, incluindo a compra de um segundo carro por aqueles com melhores condições financeiras. A recomendação principal é

desestimular o uso de carro.

A indústria automobilística já é bastante protegida. Segundo estudo do Iedi/Fiesp, com dados de 2014, os automóveis desfrutam dos mais elevados níveis de proteção efetiva à concorrência internacional - leva em conta a tarifa de importação do bem final e, também, dos insumos importados. A proteção efetiva foi estimada em 127%, ante média simples de 26% na indústria (refere-se ao ganho de valor adicionado por conta da tarifa).

O setor é beneficiado pelo Rota 2030, do governo **Temer**, que inclui o fomento à inovação e um regime tributário especial para importação de autopeças sem equivalente nacional. O programa vale por 15 anos, e o primeiro ciclo se encerra em novembro de 2023. Uma avaliação cuidadosa do Rota 2030 contribuiria para o debate sobre o novo benefício pretendido.

Não parece boa ideia criar um estímulo setorial em plena discussão de **reforma tributária**, que pretende (corretamente) o tratamento isonômico dos setores. Muito menos diante do esforço fiscal, proposto pelo Ministério da Fazenda, baseado na redução de benefícios tributários.

Qual será o custo das medidas?

Quanto à política de crédito, ela não se justifica.

A taxa de juros para aquisição de veículo está em torno de 23% ao ano, ante média do crédito livre da pessoa física de 55%; a diferença é fruto das medidas, de 2005, para aperfeiçoamento das regras de execução de garantias.

Há muito a se avançar, mas de forma horizontal, e não com proteção setorial.

A indústria automobilística enfrenta muitos desafios por conta da transição energética e da mudança de hábitos da sociedade.

Sendo um setor muito dependente de ganhos de escala para ser competitivo, a tarefa torna-se mais complexa. O papel do governo é fomentar a inovação e promover um ambiente de negócios saudável, mas não estimular artificialmente o consumo.

O protecionismo poderá produzir mais lucros hoje, mas, adiante, resultará em menor produtividade e preços mais elevados.

O governo tem análises cuidadosas dos custos e impactos dessa proposta? Seria importante disponibilizá-las, ainda mais depois das muitas medidas fracassadas que foram pelo mesmo caminho. Com a palavra, o Ministério do Planejamento.

Não parece boa ideia criar um estímulo setorial em plena discussão da **reforma tributária**, que busca tratamento isonômico dos setores

**Notícias Relacionadas:**

O GLOBO - ON LINE - RJ  
Carro popular para quem?

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Custo Brasil sobe e chega a R\$ 1,7 trilhão por ano, mostra estudo



Indústria. Empresas brasileiras gastam 62 dias por ano cabulando e pagando impostos; nos países da OCDE são seis dias

## JOÃO SORIMA NETO

O chamado Custo Brasil, conjunto de entraves no ambiente de negócios do país que onera as empresas, equivale a R\$ 1,7 trilhão por ano. O cálculo foi atualizado pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC), uma organização apartidária da sociedade civil, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

Em 2019, quando foi feito o primeiro levantamento, esse valor era de R\$ 1,5 trilhão.

Para se chegar a esta cifra, foram levados em consideração fatores "da porta para fora das empresas brasileiras", que as tornam menos competitivas durante seu ciclo de vida em relação à média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Entraram na conta a qualidade da mão de obra brasileira, acesso das companhias à infraestrutura, ambiente regulatório, sistema tributário, acesso a capital, tempo de abertura de uma empresa e participação na cadeia global de produção, entre outros fatores.

-No total, 12 fatores compilados foram comparados às condições oferecidas nos países da OCDE para as empresas operarem. Transformados em dinheiro, chegamos a um valor de R\$ 1,7 trilhão de oneração anual, seja para indústria, comércio e serviços. É esse valor que o setor produtivo gasta a mais por ano para fazer negócios no Brasil -diz Rogério Caiuby, conselheiro executivo do MBC, lembrando que o Custo Brasil atinge empresas de todos tamanhos, trazendo como consequência o encarecimento de produtos e

serviços, além da redução de investimentos e de oferta de novos empregos.

**APAGÃO DE PROFISSIONAIS** Há quatro anos, o valor calculado correspondia a 22% do Produto Interno Bruto (**PIB**). O valor atual equivale a 19,5% do **PIB**, embora tenha apresentado um aumento nominal de 16%. Com a **inflação** do período e o crescimento do **PIB**, proporcionalmente, a comparação ficou menor do que em 2019.

Entre os pontos que mais impactam no Custo Brasil, diz Caiuby, está o capital humano.

O país sofre com a baixa qualificação da mão de obra, o que dificulta a entrada de profissionais no mercado de trabalho.

-Só esse item tem custo de R\$ 335 bilhões ao ano, o equivalente a 20% do Custo Brasil.

A baixa qualificação retarda a entrada dessa mão de obra no mercado de trabalho, e as empresas têm que investir tempo para qualificar esses profissionais. É a materialização do fato de o brasileiro ter pouco acesso a uma educação de qualidade -diz o conselheiro, lembrando que a penetração do ensino técnico do país não chega a 11% enquanto, na Alemanha, é de 45%.

Caiuby observa ainda que poucos brasileiros têm acesso ao ensino superior. Para ele, se o país voltar a crescer entre 3,5% e 4% ao ano, haverá um apagão de mão de obra qualificada para abastecer o setor produtivo. E o país ainda tem 40% das atividades na informalidade.

Em relação ao acesso à infraestrutura, as companhias brasileiras gastam ao ano R\$ 272 bilhões, o equivalente a quase 15% do Custo Brasil. Nesse capítulo, foram analisados o custo logístico e o acesso à banda larga. O Brasil avançou cerca de 30% no acesso da população à banda larga, mas andou de lado em relação aos custos de logística, enquanto os países da OCDE avançaram nesse quesito. Foi lançado, há dois anos, o Plano Nacional de Logística (PNL), mas que ainda não conseguiu implementar a maior parte dos projetos, como melhoria das rodovias, ferrovias e aumento da participação do transporte aquático.

E as empresas brasileiras também gastam muito tempo calculando e pagando **impostos**: segundo o estudo, são 62 dias por ano frente a seis dias nos países da OCDE.

**IMPORTÂNCIA DA REFORMA** Devido à complexidade do sistema tributário, as companhias ainda correm o risco de errar o cálculo, pagar multas e serem questionadas judicialmente.

Por isso, a **reforma tributária** ganha muita importância nesse contexto para simplificar a vida das empresas.

Para Caiuby, é fundamental que o texto seja aprovado nos próximos meses, já que por causa do emaranhado de regras as companhias têm custo de R\$ 291 bilhões ao ano (o equivalente 16,5% do Custo Brasil).

O governo Lula quer desenvolver um plano para reduzir o Custo Brasil, para ser executado entre este ano até 2026. A secretária de Competitividade e Política Regulatória do Mdic, Andréa Macera, afirma que já foi aberta uma consulta pública para que a sociedade identifique atos normativos e regulações que são entraves à competitividade das empresas: - Queremos usar o que estamos chamando de "guilhotina regulatória" para eliminar ou simplificar esses entraves.

Alguns países, já utilizam uma metodologia em que, para cada R\$ 1 de custo gerado por uma nova norma, outro R\$ 1 tem que ser eliminado. Vamos definir um método também para o Brasil. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) fez um estudo de competitividade entre 18 países considerando a agenda regulatória. O Brasil ficou na 16ª posição.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Zona Franca mantida

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, reafirmou que as mudanças nas leis fiscais vão preservar o modelo da Zona Franca de Manaus, uma das maiores renúncias tributárias do governo federal.

"O governo pretende rever desonerações fiscais, mas a Zona Franca será preservada. Ela é muito importante para o Estado do Amazonas", disse Appy. Ele informou que o governo está discutindo "uma transição muito lenta para um novo modelo de desenvolvimento da região", que explore melhor as alocações regionais.

A renúncia para a Zona Franca chega a quase R\$ 40 bilhões para 2024, segundo dados da **Receita Federal**.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187546?page=1&section=1>



# Alterações têm baixo impacto, dizem economistas

*Por Estevão Taiar - De Brasília*

O relatório do arcabouço fiscal deve elevar no ano que vem as despesas da União em um patamar maior do que o previsto anteriormente. Mas a tendência é que o texto, se aprovado como está, não traga no longo prazo grandes mudanças para as contas públicas em relação à primeira proposta do governo federal, segundo economistas ouvidos pelo Valor.

Divulgado ontem pelo relator, deputado federal Cláudio Cajado (PP-AL), o parecer sobre o novo arcabouço "avança em alguns pontos, mas no geral" as mudanças têm impacto neutro. A avaliação é de Tiago Sbardelotto, economista da XP Investimentos. Para ele, as alterações "tendem a ampliar as despesas no curto prazo e serem pouco efetivas em termos de garantir a sustentabilidade fiscal".

O BTG Pactual também considera que o texto "trouxe sinais mistos", mas ainda pode aumentar para aproximadamente R\$ 140 bilhões o déficit primário previsto para o governo federal em 2024.

[Regra é] limitante para um governo que diz que quer aumentar gastos"

- Clara Brenck

"O 'enforcement' (conjunto de sanções para o cumprimento de regra) foi fortalecido, com a obrigatoriedade do contingenciamento e a criação de gatilhos", escreve o economista Fábio Serrano, do BTG Pactual, em relatório.

Ele lista seis pontos que considera avanços em relação ao projeto apresentado inicialmente pelo governo federal. Entre outros, cita: "redução de exceções" ao limite de gastos (como piso de enfermagem e aumento de capital de estatais não dependentes); previsão de acionamento de gatilhos caso determinados parâmetros não sejam cumpridos; contingenciamento obrigatório; mudanças na métrica de receita líquida para o ano subsequente, como exclusão de dividendos, concessões, royalties, recursos não reclamados do Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e receitas de programas de renegociações de dívidas tributárias.

Mas Serrano também destaca pontos negativos: crescimento maior das despesas em 2024; "teto mais flexível", já que "os limites de pagamento e de movimentação financeira poderão ultrapassar o teto quando as estimativas de receita e despesa indicarem que não haverá comprometimento na obtenção da meta de primário"; demora de dois anos para que os gatilhos sejam acionados.

Ítalo Franca, economista do Santander, também diz que o relatório tem "avanços", mas não altera a trajetória prevista para a dívida pública nos próximos anos. Entre os avanços, ele menciona os 'enforcements'.

Isso [arcabouço fiscal] é fundamental para baixar os juros"

- Simone Tebet

"Mas a implantação tem alguns desafios", diz, citando entre os exemplos a necessidade de "aumento de receitas".

O economista calcula que as despesas do governo federal crescerão em termos reais 7,2% neste ano e 4% no ano que vem, o que representaria alguma "recomposição" de gastos "no curto prazo".

Para a dívida bruta do governo geral (DBGG), Franca calcula que o indicador continuará crescendo até o fim da década, quando atingiria aproximadamente 94% do Produto Interno Bruto (**PIB**), para depois "diminuir gradualmente". Em março deste ano, a DBGG estava em 73% do **PIB**, segundo o Banco Central (BC).

Já Clara Brenck, pesquisadora do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo (Made-USP), afirma que o relatório mostra uma regra "ainda limitante para um governo que diz que quer aumentar gastos". Ela destaca a manutenção do intervalo de 0,6% a 2,5% para o crescimento, já descontada a **inflação**, anual das despesas da União.

"São valores muito baixos para investir em educação, saúde, combate às mudanças climáticas", diz.

No Ministério da Fazenda a avaliação foi que o relatório ficou "dentro do esperado", segundo uma

fonte da pasta. Isso porque pedidos feitos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foram atendidos. Haddad participou na segunda-feira de reuniões com Cajado e o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

"O Bolsa-Família e o salário mínimo foram preservados e, aparentemente, o PT [foi] controlado", diz a fonte.

A fonte também afirma que a "expectativa é de que as emendas" ao relatório "sejam reduzidas e que o mérito seja votado na quarta da semana que vem" pela Câmara dos Deputados.

Em aula virtual concedida para a Fundação Getúlio Vargas, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse na noite de ontem que o governo acredita "que no máximo em um mês o arcabouço fiscal" estará aprovado pelo Congresso.

"Isso é fundamental para baixar os juros, o que acreditamos que vai acontecer no segundo semestre", afirmou.

Ela classificou o arcabouço fiscal como uma "bala de bronze".

"Mas só temos uma bala de prata", disse, afirmando depois que estava se referindo à reforma tributária.

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ECONÔMICO - SP  
Alterações têm baixo impacto, dizem economistas

**Site:**

**<https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/05/17/alteracoes-tem-baixo-impacto-dizem-economistas.ghtml>**

# Arthur Lira espera que a votação das novas regras fiscais da Reforma Tributária ocorra neste semestre

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/audio/2023/05/17/RDIOCMARAFM969DF-07.31.37-07.34.49-1684325692.mp3>**

# CGU retira 252 sigilos impostos por Bolsonaro

Ricardo Stuckert/PR



Para Lula (com Carvalho), não há democracia sem transparência, "que precisa estar presente na vida do cidadão"

**Isabel Dourado\***

No evento comemorativo pelos 11 anos de vigência da Lei de Acesso à Informação (LAI), na qual foram assinados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva três decretos para aumentar a transparência nas informações sobre o poder público, o ministro Vinícius Carvalho, da Controladoria-Geral da República, anunciou que a CGU revisou 252 sigilos **impostos** pelo governo Bolsonaro. Conforme disse, a maioria dos segredos foi derrubada e as informações, que foram requeridas com base na LAI, entregues a quem as solicitou.

"Vimos, recentemente, o que uma cultura de sigilo pode gerar de impacto negativo para a sociedade. Graças a uma agenda de transparência, hoje a gente sabe que a Polícia Rodoviária Federal (PRF) atuou de forma completamente desproporcional na Região Nordeste, no segundo turno das eleições", ressaltou Carvalho, no seminário "Transparência e Acesso à Informação: Desafios para uma nova Década", sobre os 11 anos da LAI.

Os decretos assinados por Lula visam ampliar e fortalecer a transparência e o acesso às informações públicas por meio da CGU. Ele comparou a negativa do governo anterior em permitir acesso às informações, com base na LAI, a um "estupro" da própria lei.

"Não poderia faltar num ato que a gente vem reforçar e defender uma criança de apenas 11 anos, que é a LAI, que foi estuprada há pouco tempo, e que nós estamos,

hoje, recuperando para que o povo brasileiro veja essa criança se transformar em adulto", criticou o presidente, sem citar o nome do antecessor.

Lula disse, ainda, que "agentes públicos eram constrangidos para não relatarm o que ocorria" e lembrou que "até a página oficial da internet com os dados da covid foi mudada para dificultar o acompanhamento pela população".

"Sem transparência não há democracia. E o acesso à informação precisa estar cada vez mais presente na vida de cada cidadão e na cultura de cada agente público", afirmou Lula, acrescentando que a população e as instituições "não admitem mais o obscurantismo e o sigilo", e que a sociedade tem o direito de enxergar "o que as sombras do autoritarismo e da tecnocracia querem esconder".

Durante o evento, o presidente anunciou um pacote de medidas de fortalecimento da LAI e da transparência pública. O primeiro ato aperfeiçoa e dá transparência aos procedimentos de classificação de informações, além de fortalecer o papel da CGU de monitorar e supervisionar a LAI no âmbito do Executivo. O segundo institui o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação e a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal. E o terceiro institui o Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC), em substituição ao atual colegiado.

De acordo com um relatório da organização não-governamental Transparência do Brasil, em mais de 1,3 mil pedidos de informação rejeitados, entre 2015 e 2022, foram mencionados o argumento de proteção de dados pessoais. Porém, de 513 negativas registradas em todo o período analisado, 80% ocorreram entre 2019 e 2022 - no governo Bolsonaro -, totalizando 413. (Com Agência Estado) \*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

Não poderia faltar num ato que a gente vem reforçar e defender uma criança de apenas 11 anos, que é a LAI, que foi estuprada há pouco tempo, e que nós estamos, hoje, recuperando para que o povo brasileiro veja essa criança se transformar em adulto" Presidente Lula, defendendo o acesso da sociedade a informações do governo por meio da LAI

**Site:**

**<https://edicao.correiobrasiliense.com.br/correiobrasiliense/2023/05/17/all.pdf>**

# Marcos legais na produção da riqueza

Marcelo Ferreira/CB/D.A.Press



Ministro Gilmar Mendes, do STF: mineração deve ocorrer em uma arquitetura legal que não prejudique o meio ambiente nem os indígenas

Marcelo Ferreira/CB/D.A.Press



**Marivaldo Pereira, do Ministério da Justiça: retrocesso em 4 anos**

Marcelo Ferreira/CB/D.A.Press



Sergio Perini, presidente da Casa da Moeda, e Gilmar Mendes: apoio

»» VICTOR CORREIA »» Luana Patriolino

As riquezas naturais do Brasil são profundas e históricas, desde sempre. Mas, no século 21, a cobiça pelos tesouros guardados no subsolo nacional se tornou um problema complexo, de consequências graves e múltiplas. A extração de ouro no país se tornou uma crise em vários aspectos: destrói o meio ambiente, dizima comunidades indígenas, alimenta o crime organizado, sonega **impostos**.

Para dar solução a tamanho desafio, é preciso um esforço em várias frentes. Políticas públicas consistentes, mudanças na legislação vigente e o uso da tecnologia para permitir a rastreabilidade são pontos fundamentais nesse sentido, segundo especialistas reunidos ontem no evento Correio Debate: Caminhos do Ouro.

Realizado na sede do jornal, o encontro teve apoio da Casa da Moeda do Brasil.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes abriu o seminário. Ele defendeu que a extração do ouro seja realizada dentro da legalidade, sem prejuízos ao meio ambiente e aos territórios indígenas.

O magistrado tratou da suspensão do princípio da "boa-fé" no comércio do ouro, dispositivo que foi suspenso em abril por uma decisão cautelar de sua relatoria, após Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) ajuizadas pelo PSB, Rede e PV. A cautelar foi acatada pelo plenário da Corte em 3 de maio. Segundo o princípio, estabelecido em 2013, compradores de ouro ilegal não eram punidos caso não soubessem da origem irregular do metal.

"De fato, esse artigo há muito vinha dando polêmica, e muita gente vinha apontando que era uma disposição que, envasada na ideia de segurança jurídica, permitia a violação e, inclusive, a garimpagem ilegal em territórios indígenas, por exemplo. Mas também dificultava a rastreabilidade do ouro obtido de forma ilegal", explicou o ministro da Suprema Corte.

Para Gilmar Mendes, apesar de o dispositivo ter sido criado para facilitar o comércio e aumentar a segurança jurídica, ele acabou se mostrando "uma forma cartorial de tratar do tema" e não atingiu o objetivo.

Na prática, o princípio era usado para "esquentar" o ouro extraído ilegalmente, ou seja, dar a aparência de legalidade. Os envolvidos na atividade usam empresas

registradas legalmente para lidar com o material e emitir notas fiscais, escondendo a origem ilícita. Depois, os líderes do esquema compravam o metal dessas empresas. O processo dificulta a fiscalização e comprovação da prática criminosa.

"O objetivo dessa norma impugnada foi facilitar o processo de aquisição da matéria-prima, trazendo como pressuposto a atividade da garimpagem legal.

Porém, as presunções trazidas na norma relativas à legalidade do ouro simplesmente acabam por sabotar a efetividade do controle de uma atividade que é sensível", frisou Gilmar.

#### Novas regras

A decisão de Gilmar Mendes, referendada pelos demais ministros, estabeleceu um prazo de 90 dias para que a União apresente uma nova regulamentação para o comércio do ouro, que endureça a fiscalização e o combate à prática ilegal. O ministro citou como um dos pontos mais importantes a verificação da origem do ouro adquirida por Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (DTVMs), empresas especializadas na compra e venda do ouro financeiro, ou seja, barras de ouro usadas em negociações do mercado financeiro. Companhias do tipo estão entre as mais utilizadas para esquentar a extração ilegal.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública já finalizou uma medida provisória com uma nova regulamentação, que deve ser avalizada ainda por outros ministérios e assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Por fim, o ministro do Supremo comentou sobre a iniciativa do seminário. "Acho que esse seminário é extremamente importante para que nós voltemos a trilhar de maneira muito segura o caminho da legalidade. Queremos sim que haja atividades de exploração das riquezas, mas dentro de marcos legais bem definidos e que não sejam perturbadores, nem do meio ambiente, nem das comunidades indígenas", completou Gilmar.

Também convidado para o evento, o secretário Nacional de Acesso à Justiça, Marivaldo Pereira, ressaltou a vulnerabilidade dos povos indígenas por causa da exploração da terra nos garimpos ilegais. Ele destacou a urgência de se discutir os impactos ambientais e sociais pelas atividades e desafios no combate ao crime.

Para Marivaldo Pereira, o problema se agravou nos últimos quatro anos, durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Ele apontou a falta de

assistência do Estado para o enfrentamento ao garimpo ilegal e disseminação de discursos contra os direitos dos indígenas.

"Nesses últimos quatro anos, além do desmonte da estrutura, vimos um ataque muito forte aos direitos dos povos indígenas. Um ataque muito forte às terras indígenas, a proliferação de um discurso de que os povos indígenas estavam em cima de uma riqueza que pertenciam a toda nação", disse.

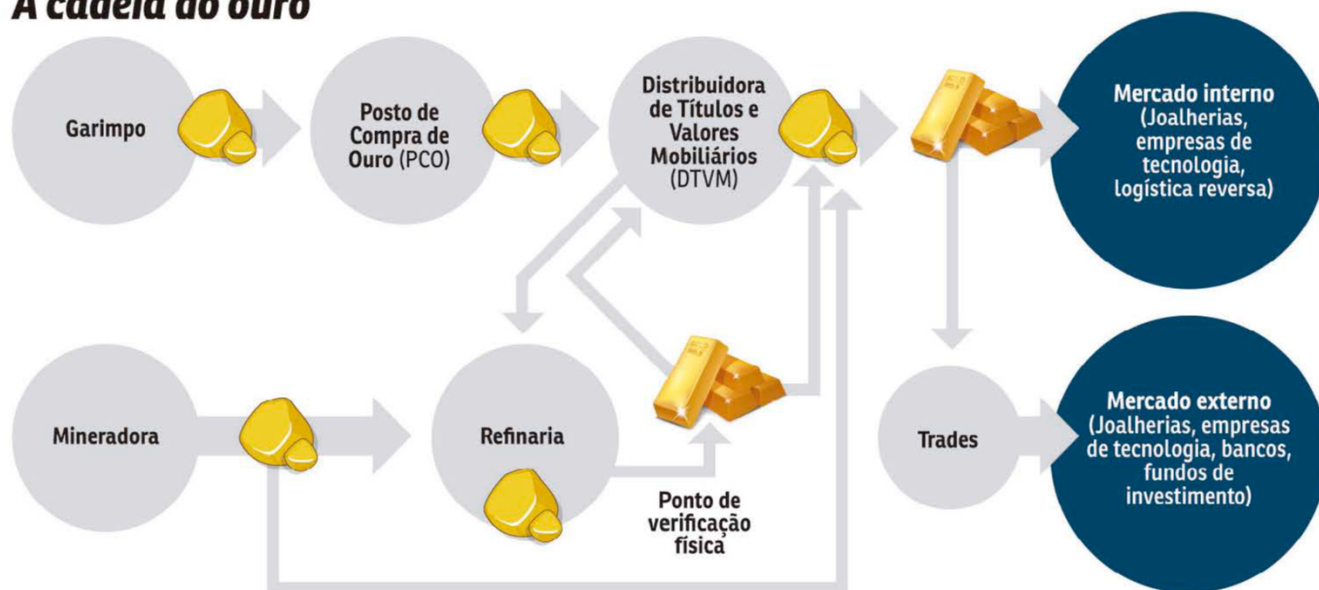
Marivaldo Pereira destacou ainda que interesses econômicos poderosos estão por trás da extração de minérios. "Quando falamos sobre mineração, muitas vezes acham que é um trabalhador com a sua peneira buscando encontrar ouro. A mineração hoje em dia não é nada disso. O garimpo mudou completamente de tamanho", pontuou.

De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e da Universidade do Sul do Alabama, dos Estados Unidos, divulgado em fevereiro, a mineração ilegal em terras indígenas da Amazônia Legal aumentou 1.217% nos últimos 35 anos.

#### Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/05/17/all.pdf>

## A cadeia do ouro



### Os problemas causados pela exploração ilegal do ouro:

**Exploração ilegal** – A extração ilegal do ouro, além de provocar graves danos ambientais, mantém conexão com outros ilícitos, como tráfico de drogas e lavagem de dinheiro.

**Sonegação e subdeclaração** – Atravessadores atuam para driblar a fiscalização da Receita Federal e obter mais lucros com o ouro extraído.

**Descaminho** – A origem não identificada é uma das fraudes que desafiam o ciclo da legalidade do ouro. Esse desvio favorece a ocorrência de vários crimes.

**Compra e venda irregulares** – Sem fiscalização e sem origem identificada, o ouro passa a ser utilizado como moeda em negócios irregulares ou ilegais.



# Garimpo é problema de Estado

Marcelo Ferreira/CB/DA Press



Andrea Costa Chaves: "esse não é um problema meramente fiscal"

»»**RAFAELA GONÇALVES**

As operações de compra e venda de ouro de garimpo terão que adotar a nota fiscal eletrônica a partir de 3 de julho. Segundo Andrea Costa Chaves, subsecretária de Fiscalização da **Receita Federal**, a medida será obrigatória para ouro ativo financeiro, que atinge diretamente a fonte do garimpo ilegal na Amazônia.

"Essa é uma prioridade da Receita dentro desse contexto da crise humanitária", disse Chaves, no segundo painel do Correio Debate: Os caminhos do ouro, evento promovido pelo Correio Braziliense, com apoio da Casa da Moeda do Brasil. "O problema do garimpo do ouro ilegal é um problema de Estado. O fato de ter uma nota fiscal eletrônica nos facilita na inteligência.

Quando você faz um documento eletrônico, isso ajuda na análise de risco", acrescentou.

O encontro, transmitido pelas redes do jornal, abordou as formas de combater a exploração ilegal do metal e o fortalecimento do comércio regular do ouro, reunindo autoridades, integrantes do governo e especialistas no tema.

A tributação do ouro é dividida atualmente em duas competências, uma da União, que recolhe os **tributos** do ouro ativo financeiro por meio do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), que é de 1%. A outra, de competência estadual, incide sobre o ouro mercadoria, que é tributado por meio do ICMS

(Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

Os estados têm autonomia para decidir a alíquota, que tem em média 18%. "O desafio da Receita, diante de todos os **tributos** que ela administra, é muito grande. Existe uma diferença de alíquota, que é considerável.

Quase todo o ouro no Brasil é comercializado como ouro ativo financeiro, porque a tributação é de 1%", disse. "É relativamente barato legalizar o ouro, é uma questão regulatória constitucional", acrescentou.

A subsecretária destacou o papel da Receita na regulação. "Em relação a qualquer atividade ilegal, entendemos que todas elas geram renda e o nosso trabalho é tributar essa renda", afirmou. "Somos órgão de Estado, estamos em todos os debates para a evolução do marco regulatório e de todas as questões relacionadas ao ouro, porque entendemos que não é um problema meramente fiscal, é um problema de humanidade, de sobrevivência e penso que é uma questão do que vamos deixar para os nossos filhos no mundo. Então é prioridade da Receita nesse sentido", disse Chaves.

**Site:**

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/05/17/all.pdf>

# Isonomia tributária para a concorrência justa (Artigo)

**Fernando Valente Pimentel - Presidente emérito e diretor-superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit)**

No e-commerce internacional, o compliance é decisivo para evitar que empresas se aproveitem da isenção tributária de até US\$ 50 em remessas entre pessoas físicas para realizar operações comerciais disfarçadas, burlando o fisco e praticando concorrência desleal contra os fabricantes e varejistas brasileiros. Isso impõe novos desafios à fiscalização nas aduanas. Em 2022, por exemplo, estima-se que mais de 170 milhões de pequenos volumes tenham chegado ao país pelos Correios.

Para ter ideia do dano potencial das fraudes, cálculo baseado na Pesquisa Industrial Anual (PIA), do IBGE, mostra que, a cada R\$ 1 bilhão de faturamento da indústria do vestuário, geram-se cinco mil empregos diretos, 700 indiretos e 1.250 oriundos do efeito renda. Um grande banco brasileiro estima que o faturamento de uma das mais famosas plataformas será de R\$ 16 bilhões em 2023. Isso significaria 90 mil postos formais de trabalho, diretos e indiretos, caso a produção fosse no Brasil. Nada contra a livre concorrência, mas o pagamento dos **tributos** pelas empresas de e-commerce, principalmente as asiáticas, não significará que deixarão de operar no nosso país, mas sim que cumprirão a legislação.

Cabe esclarecer, também, que a indústria brasileira atende todo o universo de consumidores, abrangendo cerca de 80% do consumo nacional de roupas (6,2 bilhões de peças em 2022, com preço médio de R\$ 40,00), além de exportar. Não procedem, portanto, alegações de que o e-commerce ilegal beneficia as pessoas de menor renda, que não fazem viagens internacionais e não podem usufruir da isenção tributária na aquisição de bens pessoais no exterior e de mil dólares no duty free.

As classes que mais consomem vestuário no país são as A, B e C1, com 71% do total, segundo o IEMI (Instituto de Estudos de Marketing Industrial). Ademais, viajantes pagam passagens aéreas, traslados, hotéis e restaurantes e os correspondentes **impostos**. Além disso, há limites legais para as compras e fiscalização na chegada. Viajar não é um negócio.

É algo muito distante de uma atividade que está a um clique do consumidor.

Não há como ignorar as perdas e danos provocados pelas remessas ilegais, não só para a indústria e o comércio, como os consumidores.

Afinal, o que entra ilegalmente também apresenta maior risco de falsificação e falta de garantia, além de eventuais problemas de fabricação, desde tintas e corantes com potencial tóxico em roupas e brinquedos, até eletrônicos fora de especificação. Por isso, foi oportuna a preocupação do governo com o problema, pois realçou algo grave e sinalizou um compromisso mais forte no sentido de coibi-lo.

Eficácia na fiscalização, utilizando-se muita tecnologia, é fundamental para que o Brasil desfrute, sem ser lesado, as vantagens do e-commerce, que vem se consolidando globalmente.

Estudos da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apontam que as transações virtuais podem diminuir os preços e expandir a variedade de produtos para consumo. Mais da metade dos habitantes de seus países-membros efetuou compras on-line em 2018, índice que tem aumentado em grande velocidade.

No nosso país, relatórios de inteligência de mercado mostram que o faturamento do e-commerce foi de R\$ 262,7 bilhões em 2022, devendo dobrar até 2026, com maior crescimento nas transações transfronteiriças. É uma oportunidade para as empresas, inclusive pequenas e médias, ampliarem seus negócios no Brasil e no mundo, mas há de garantir isonomia tributária entre as nacionais e estrangeiras, combatendo-se a venda de produtos sem nota fiscal, bem como o escoamento de itens falsificados ou advindos do descaminho e do contrabando. Cabe atenção a um alerta da OCDE: mercadorias piratas representam 3,3% das transações globais.

Estimativas do Banco Central mostram que o comércio cross border de pacotes de pequeno valor está em pleno crescimento no Brasil.

Em 2022, somaram US\$ 13,14 bilhões na importação, mais do que o dobro do ano anterior, e US\$ 5,01 bilhões na exportação. Independentemente de

sabermos quantas dessas transações pagaram ou não **impostos**, os números evidenciam o potencial da elisão fiscal e a premência da isonomia tributária para se evitarem prejuízos ao erário e a investimentos em áreas-chave para o bem-estar da sociedade.

Todas essas operações precisam ser taxadas.

Um dos segmentos mais prejudicados no país pelo problema é a indústria têxtil e de confecção, que tem faturamento anual de R\$ 190 bilhões, contribui com R\$ 16,5 bilhões em taxas e **impostos** e emprega formalmente 1,34 milhão de pessoas.

Um ambiente comercial sem isonomia causa discrepâncias na economia e põe em risco os empregos da manufatura e do varejo. Assim, o que se demanda não é a criação de **tributos** ou aumento dos já existentes, mas sim o cumprimento da legislação, garantindo-se concorrência justa.

**Site:**

**<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/05/17/all.pdf>**

# Lula afirma que Petrobras começa a "abrasileirar" preços



Fabio Murakawa e Renan Truffi De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva divulgou nesta terça-feira (16) um vídeo em suas redes sociais comemorando a queda nos preços da gasolina, do diesel e do gás de cozinha, anunciado horas antes pela Petrobras. As reduções ocorreram após a mudança na política de preços da companhia, que abandonou o chamado Preço de Paridade de Importação (PPI), que atrelava os valores praticados no país ao mercado internacional.

"Hoje eu estou particularmente feliz e acho que o povo brasileiro também vai ficar, porque o ministro de Minas e Energia e o presidente da Petrobras acabaram de anunciar a redução da gasolina e do óleo diesel em mais de 12% e a redução do gás de cozinha em 21,3%", disse Lula.

"Vocês estão lembrados que nós iríamos abrasileirar os preços da Petrobras e começaram a acontecer.

É apenas o começo", concluiu o presidente.

No mesmo dia, o petista também criticou as "centenas de sigilos" **impostos** pelo ex-presidente Jair Bolsonaro ao firmar decretos que alteram a Lei de Acesso à Informação (LAI). Uma das mudanças versa justamente sobre as regras para que esses sigilos sejam **impostos**.

"O sigilo de 100 anos, algo que deveria ser uma exceção, para proteger justificados interesses do Estado ou os direitos fundamentais do cidadão, foi banalizado e profanado. Tentaram deixar a sociedade às cegas, justamente no momento em que seu olhar era tão necessário para conter a sanha autoritária de quem estava no poder", afirmou Lula, ao discursar em evento no auditório do Tribunal de Contas da União.

"Mas o sigilo teve pernas curtas. Uma das primeiras coisas que fiz ao assumir a Presidência da República, em janeiro, foi dar à Controladoria-Geral da União a missão de analisar mais de duzentos casos de sigilos atribuídos pelo antigo governo." Segundo a Transparência Brasil, Bolsonaro impôs mais de 1.100 sigilos de cem anos ao longo de seu governo (2019-2022), o que representa cerca de 80% do total de medidas desse tipo **impostos** desde 2015.

Lula omitiu em sua fala, no entanto, sigilos **impostos** por seu governo, como a lista de visitantes do Palácio da Alvorada, residência oficial, e das imagens das câmeras do Planalto nos atos de depredação ao Palácio do Planalto no dia 8 de janeiro. Esse material só foi divulgado posteriormente, por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF).

O presidente citou também a atuação do antecessor durante a pandemia, que deixou 700 mil mortos, afirmando que "informações eram sonegadas nas coletivas de imprensa", que "agentes públicos eram constrangidos para não relatarmos o que ocorria e até a página oficial da Internet com os dados da Covid foi mudada para dificultar o acompanhamento pela população".

"A tragédia só não foi varrida para baixo do tapete por que as secretarias municipais e estaduais de Saúde, no âmbito do SUS, continuaram a gerar e a tornar públicos os dados", afirmou.

Os decretos firmados por Lula atualizam a regulamentação da LAI, ampliam o Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção e criam o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação.

A mudança sobre os sigilos estipula que os órgãos públicos deverão ocultar apenas informações pessoais e de intimidade, mas que todo o restante do conteúdo deverá ser divulgado - antes, todo o conteúdo dos documentos ficava protegido sob sigilo quando continha esse tipo de informação.

No evento, Lula leu um discurso preparado de antemão. Porém, ao improvisar em sua fala comparou a LAI, criada em 2012, a uma criança de 11 anos estuprada. "Eu não poderia faltar nesse dia de hoje num ato que a gente vem reforçar e defender uma

criança de apenas 11 anos, que é a LAI, que foi estuprada a pouco tempo atrás e que nós estamos hoje recuperando para que o povo brasileiro veja essa criança se transformar em adulto."

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187546?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187546?page=1&section=1)**

# Decisão acertada no momento certo (Editorial)

A decisão da Petrobras de rever sua política de preços, acabando com a exclusividade da paridade internacional na determinação de reajustes e cortes nos valores dos combustíveis, é acertada por trazer para dentro das regras o custo da produção no Brasil. A medida ocorre no momento certo, uma vez que a partir de 1º de junho haverá reoneração dos combustíveis, com a retomada integral da cobrança do PIS/Cofins. Por representar um alívio direto no custo de vida, pode ajudar a contribuir para o início da redução das taxas de juros, uma vez que a preocupação manifestada pela autoridade monetária para explicar a manutenção da Selic em 13,75% é a **inflação** futura. Não apenas ela, mas principalmente.

A estatal anunciou que a partir de hoje os preços de venda dos seus produtos para as distribuidoras serão reduzidos. Na gasolina, a queda por litro será de R\$ 0,40, equivalente a 12,6% de corte. Com isso, o valor nas refinarias passa de R\$ 3,18 para R\$ 2,78. Já o do diesel sai de R\$ 3,46 para R\$ 3,02. A redução de R\$ 0,44 por litro representa uma baixa de 12,8%. Para o gás de cozinha foi anunciada uma queda de 21,3% no valor do botijão de 13kg, com a expectativa de que fique abaixo de R\$ 100 para os consumidores, o que não ocorre desde o ano passado.

É preciso lembrar que a Petrobras determina os preços nas refinarias, mas o valor dos combustíveis nos postos de abastecimento e nas revendas de gás é livre, ou seja, o repasse fica a cargo das distribuidoras e redes de varejo.

Não há motivo para que não seja feito nos postos, mas é preciso observar que não será integral. Isso porque a gasolina vendida nas bombas tem 27% de etanol e os preços do álcool anidro subiram 2% este mês. No caso do diesel, há acréscimo de 12%. Como o percentual de mistura no diesel é menor, o impacto da redução do valor na Petrobras no preço da bomba será maior. Caberá ao consumidor exercer seu direito de pesquisar e optar por preços menores, forçando a concorrência.

E o diesel também impacta diretamente na **inflação**, por ser custo para o transporte de mercadorias e mesmo para a produção.

A lei da oferta e da procura vai determinar as reduções ao longo da cadeia produtiva que tem nos

combustíveis o seu insumo.

A expectativa é de que o efeito sobre o índice que mede a variação do custo de vida seja captado nos próximos meses, neutralizando a reoneração integral e oferecendo a perspectiva de que ainda assim os preços se mantenham abaixo dos valores praticados hoje. Em média, a gasolina é vendida a R\$ 5,49 nos postos do país, enquanto o diesel S-10 é comercializado a um preço médio de R\$ 5,57 o litro. Há um ano, os valores eram respectivamente de R\$ 7,30 e R\$ 7,07.

E esse efeito vem em boa hora, uma vez que o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, tem afirmado que a reoneração dos combustíveis vai impactar nos índices de preços, que foram artificialmente reduzidos no ano passado com a desoneração do PIS/Cofins.

Essa pressão não existe mais. Em março, quando os combustíveis foram reonerados parcialmente, foi acrescido R\$ 0,34 de PIS/ Cofins na gasolina e R\$ 0,02 no etanol. Com o retorno ao patamar anterior à desoneração feita pelo governo Bolsonaro, o imposto será de R\$ 0,792 na gasolina e de R\$ 0,242 no etanol, impactando nos valores nas bombas sem, contudo, afetar significativamente os valores, que foram agora reduzidos.

A perspectiva é de que as tabelas dos combustíveis deixem de ser uma pressão automática quando houver oscilações no mercado externo.

O acerto da Petrobras está no fato de não retornar ao passado e ao mesmo tempo equilibrar sua política de preços. Até então, as cotações do petróleo e do dólar, que afetam diretamente 25% do diesel importado e cerca de 12,5% da gasolina comprada no exterior, mas não são determinantes para 75% do óleo produzido no Brasil e para 87,5% da gasolina, estabeleciam o aumento para todo o volume comercializado.

A partir de agora, a estatal considerará a paridade internacional apenas para a parcela de importados, com os custos de produção da Petrobras entrando na conta. E, hoje, até o dólar e o preço do petróleo, que estão em queda, favorecem para que também a parcela internacional contribua para redução dos

combustíveis no Brasil.

**Site:**

**<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/05/17/all.pdf>**

# Relatório do arcabouço preserva salário mínimo

Brasília - O deputado Claudio Cajado (PP-BA) apresentou ontem o relatório preliminar ao projeto do novo arcabouço fiscal (PLP 93/23), renomeado para Regime Fiscal Sustentável, que vai substituir regime de teto de gastos, que deve votado hoje no plenário da Câmara. Ele confirmou o contingenciamento obrigatório em caso de descumprimento da meta. Mas preservou o reajuste do salário mínimo, que, mesmo sem cumprimento da meta, terá ganho pela inflação e ganho real. "O salário mínimo, nós, no colégio de líderes, resolvemos retirar essa possibilidade de, não atingindo a meta, não ter um ganho real", afirmou o Cajado. Já o Bolsa Família pode não ter aumento real. Com as alterações do texto, o programa está sujeito aos limites gerais de gastos para que possa crescer acima da inflação, podendo assim sofrer restrições.

O governo defendia a blindagem do reajuste do mínimo e do Bolsa Família, ambos considerados essenciais pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Segundo Cajado, o Bolsa Família só poderá ser excluído das sanções se o Poder Executivo enviar um projeto de lei propondo compensações para os aumentos de despesas com o programa. O presidente da República poderá enviar ao Congresso projeto de lei complementar propondo suspensão ou gradação das medidas de ajuste, desde que demonstre que vai compensar o desvio apurado na meta. O substitutivo de Cajado prevê que o governo não sofrerá sanções por descumprir a meta fiscal se adotar o contingenciamento e as medidas de ajuste.

"O presidente pode pedir ao Congresso Nacional o valor para poder acrescer o Bolsa Família, com compensação, está também nesta possibilidade. Não está na condição de exclusão, será uma lei complementar", disse Cajado, em entrevista coletiva. "O Bolsa Família está como despesa obrigatória. O que nós excluímos da vedação é o reajuste do salário mínimo, que poderá, mesmo no caso de não atingimento da me-

ta, receber o aumento da inflação mais aumento real", acrescentou.

O relatório de Cajado mantém o cerne do projeto do governo (despesa atrelada à variação da receita e meta de resultado primário), mas propõe algumas mudanças por substitutivo. A principal alteração é mesmo a volta do contingenciamento obrigatório,

tornado facultativo no projeto do governo, e o acionamento de medidas de ajuste para conter o avanço das despesas (gatilhos), com exceção do reajuste do salário mínimo.

O relator afirmou que o seu parecer "representa o consenso" das negociações que ele manteve nas últimas semanas com os partidos e o governo. "O texto consegue congrega todos os pensamentos. Estamos fazendo uma lei moderna, uma lei contempo-

rânea". O texto manteve o crescimento real das despesas (acima da inflação) proposto pelo governo. O aumento será limitado a 70% do ganho real da receita dos 12 meses encerrados em junho do ano anterior ao da lei orçamentária - ou 50% em caso de descumprimento da meta de resultado primário - não podendo ser inferior a 0,6% ou superior a 2,5%. Hoje o Orçamento da União só tem crescimento nominal (pela inflação). Assim, se a receita crescer 3% de um ano para outro, a despesa subirá 2,1% acima da inflação. Mas se a meta não for cumprida, vai subir 1,5%.

## RESULTADO PRIMÁRIO

A regra de crescimento real será usada nos anos futuros, e não apenas entre 2024 e 2027, como previa o projeto. O substitutivo também manteve a regra da meta de resultado primário anual, que terá um intervalo de tolerância de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**), para mais ou para menos. Pelo substitutivo apresentado, o governo vai avaliar a cada bimestre o comportamento das receitas e das despesas, como já ocorre hoje. Se houver risco, o cumprimento da meta fiscal do ano terá que contingenciaros gastos discricionários. Se ainda assim houver descumprimento da meta fiscal ao final do ano, medidas de ajuste serão acionadas no ano seguinte, de forma gradual.

No primeiro ano, o governo não poderá criar cargos, novas despesas obrigatórias ou ampliar incentivos. Além disso, a despesa só crescerá 50% da variação real da receita do ano anterior. As medidas valem por um ano. Se no ano seguinte a meta for atingida, deixam de valer. Mas se não for, voltam mais duras no segundo ano, com novas vedações, como concessão de reajuste de funcionalismo. As mesmas proibições serão aplicadas se as despesas obrigatórias ultrapassarem 95% das despesas primárias.



O relator enxugou a lista das despesas excluídas dos limites do Regime Fiscal Sustentável. Das 13 propostas pelo governo, ficaram nove. Voltam para o limite as despesas com o piso nacional da enfermagem, o aumento de capital das estatais e o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). Cajado afirmou que redução da lista de exceções não representa perda para as despesas atingidas.

"A lógica de estar dentro do teto é uma regra de proteção. Você tem a proteção da correção pela **inflação** e o ganho real", disse.

Bolsa Família está como despesa obrigatória. O que excluímos é o reajuste do salário mínimo, que poderá, mesmo no caso de não atingir a meta, receber o aumento da **inflação** mais aumento real.

O presidente pode pedir ao Congresso o valor para poder crescer o Bolsa Família. Não está na condição de exclusão, será lei complementar"

Cláudio Cajado, deputado federal (PP- BA) e relator da proposta de arcabouço fiscal

# Petrobras reduz os preços de gasolina, diesel e gás de cozinha

**ISABELA BERNARDES**

A Petrobras anunciou ontem mudança na sua política de preços de combustíveis e a redução das tabelas da gasolina, do óleo diesel e do gás de cozinha a partir de hoje. O valor da gasolina nas refinarias da estatal vai cair 12,6%, ou R\$ 0,40 por litro. O diesel será reduzido em 12,8%, ou R\$ 0,44 por litro. Já o gás de cozinha cairá 21,3%, ou R\$ 8,97 por botijão de 13 quilos. A empresa abandonou o conceito de paridade de importação, que simula quanto custaria para importar os produtos. Segundo a Petrobras, seu preço de venda da gasolina nas refinarias será de R\$ 2,78 por litro, contra R\$ 3,18 praticado até ontem, enquanto o do diesel será reduzido de R\$ 3,46 para R\$ 3,02. O repasse para o consumidor, porém, depende de políticas comerciais de distribuidoras e postos.

A gasolina comum em Belo Horizonte pode chegar a R\$ 4,61 após o anúncio de redução de preços. A situação, porém, está diretamente ligada ao repasse integral dos valores para os consumidores, por parte das distribuidoras e postos de combustíveis. Segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas e Administrativas (Ipead), atualmente, o valor médio da gasolina comum em BH é de R\$ 5,28 e, se houver o repasse integral, muda para R\$ 4,61. Ou seja, o litro ficaria R\$ 0,67 mais barato. O mesmo ocorre com o gás de cozinha; o valor médio considerado pelo Ipead é de R\$ 121,70 e passaria para R\$ 95,66.

De acordo com Diogo Santos, economista da instituição, essa redução de preço resulta num controle maior da **inflação**. "Os combustíveis e gás de cozinha no geral têm um peso muito grande no cálculo da **inflação**, porque são itens muito consumidos. Então, se eles caírem e essa queda for repassada ao consumidor, vai implicar em um efeito muito benéfico", diz. Após subir 0,61% em abril, a **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve desacelerar para perto de 0,25% em maio e de 0,15%

em junho, projeta o economista André Braz, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV). "Vai ser uma baita contribuição para segurar a **inflação** nesses dois meses (maio e junho). Agora, em julho, a gente não pode esquecer que tem novo aumento da gasolina pelo nivelamento do ICMS (imposto estadual). O ICMS vai ter reajuste

nos estados, vai subir", pondera Braz.

"Se a gente juntar a contribuição do GLP (0,08 ponto percentual em maio e 0,08 em junho) com a da gasolina (de 0,20 ponto percentual em cada mês), a gente tem mais ou menos 0,30 ponto percentual de desaceleração da **inflação** em maio e 0,30 em junho", completa Braz. "Isso não altera muito a expectativa de **inflação** para o final do ano. É um jogo de soma zero. Ela cai agora e volta a subir em julho", acrescenta. O economista segue com a projeção de IPCA perto de 6,2% no acumulado de 12 meses até dezembro de 2023. Até abril, o índice marcou 4,18% nesse recorte, segundo os dados mais recentes divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

**MUDANÇA** A companhia já havia sinalizado na semana passada que cortaria os preços, depois que aliados do governo vazaram informações de reunião do presidente da estatal, Jean Paul Prates, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Os preços internos dos combustíveis estão bem superiores às cotações internacionais, segundo estimativa da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom). No caso da gasolina, por exemplo, a diferença era de R\$ 0,36 por litro na abertura do mercado de ontem. Considerando apenas as refinarias da Petrobras, a diferença era de R\$ 0,42 por litro. No caso do diesel, calcula a Abicom, o preço interno era negociado com ágio médio de R\$ 0,23 por litro. Nas refinarias da estatal, o ágio era de R\$ 0,28 por litro.

O corte superior ao ágio já reflete a nova política de preços, uma vez que a estatal não mais usará esse parâmetro na sua definição de valores. Agora, a formação de preços mira a busca por clientes e o custo de oportunidade de venda dos produtos. A expectativa é que a mudança contribua para reduzir os preços no país. A empresa não divulgou uma fórmula de precificação dos combustíveis. Diz que os valores serão definidos com base nas alternativas de suprimento, ou seja, a concorrência, e no custo de oportunidade, isto é, por até qual valor a estatal poderia vender o produto.

Em coletiva ontem, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, e o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, detalharam as mudanças na política de preços. De acordo com o ministro, estava

na hora de "abrasileirar" o preço dos combustíveis. "Era hora de sinalizar de forma clara que o governo Lula vai cobrar de todas as empresas que cumpram com o seu papel social, compreendendo que elas têm que ser competitivas, lucrativas e atrativas para os investidores. De forma alguma, a Petrobras deixará de ser atrativa para os investidores", declarou.

"É bom enfatizar que referência não é paridade de importação, é referência internacional. Portanto, isso significa que, evidentemente, quando o mercado lá fora estiver aquecido e o petróleo e seus derivados com preços fora do comum, consolidadamente mais altos, isso será refletido no Brasil, porque "abrasileirar" os preços significa levar as nossas vantagens em conta, porém sem tirar o Brasil do contexto internacional, evidentemente", explicou. "Vamos continuar seguindo as referências do mercado, sem abdicar das vantagens competitivas de ser uma empresa com grande capacidade de produção e estrutura de escoamento e transporte em todo o país", afirmou.

Segundo Prates, a rentabilidade da empresa não será afetada pela medida. Ele nega que seja uma intervenção do governo federal na governança da companhia. "Não há intervenção. É uma vontade política que foi eleita. Os instrumentos de rentabilidade estão integralmente mantidos. A Petrobras recupera a sua liberdade de fazer preços. Nós nos "alforriamos" de um único fator, que a paridade - disse Prates. Para o ministro Alexandre Silveira, a redução de preço dos combustíveis abrirá margem a uma menor pressão inflacionária e eventual redução dos juros por parte do Banco Central.

**REAÇÃO DO MERCADO** O do reagiu positivamente às mudanças na Petrobras. A ações preferenciais subiram 2,41% e as ações ordinárias, 2,48%. A alta nos papéis da Petrobras não sustentaram o pregão ontem. A Bolsa brasileira fechou em queda e interrompeu uma sequência de ganhos ontem, puxada por um tombo de mais de 20% nas ações da Magalu. Já o dólar teve alta e voltou ao patamar dos R\$ 4,90. O Ibovespa teve queda de 0,77%, chegando aos 108.193 pontos, enquanto o dólar subiu 1,06%, fechando o dia a R\$ 4,942. (Com agências)

**Notícias Relacionadas:**

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG  
Petrobras reduz os preços de gasolina, diesel e gás de cozinha

# Mudanças feitas por relator do arcabouço dividem economistas



Cláudio Cajado (PP-BA), relator do arcabouço, lê o texto Andre Violatti - 15.mai.23/Atos Press/Agência O Globo

**Douglas Gavras**

As mudanças feitas pelo relator do novo arcabouço fiscal, Cláudio Cajado (PP-BA), na proposta do governo dividem especialistas ouvidos pela Folha. Por um lado, comemora-se a inclusão de travas, mas parte dos analistas diz considerá-las frouxas demais.

O relator apresentou o parecer na segunda-feira (15) à noite. As principais mudanças feitas em relação ao primeiro texto foram a redução da lista de despesas que fogem da regra e a criação dos gatilhos -como a proibição de reajuste para servidores e a realização de concursos públicos.

Para Felipe Salto, economista-chefe da Warren Rena, o saldo do projeto é positivo. Em sua avaliação, o relator aprimorou o texto original, sobretudo ao vincular o eventual rompimento da meta de resultado primário a uma série de medidas de ajuste já previstas no artigo 167-A da Constituição, ocasionando contenções de gastos obrigatórios.

"Também gostei da obrigação à explicitação de uma trajetória de dívida bruta para dez anos na LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias], compatível com as metas de resultado primário fixadas. A parte mais frágil é a fixação de um crescimento máximo de 2,5% real para a despesa em 2024. É um ponto de saída alto."

O ex-secretário da Fazenda do estado de São Paulo também considera que o efeito de retirada de exceções ao limite de despesas não deve ser significativo. "Para o Fundeb [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica], por exemplo, foi trocar seis por meia dúzia. Ele vai agora integrar o próprio teto e, assim, tais despesas estarão sujeitas a ele. Nada muda matematicamente."

Um dos pais do teto de gastos -que será substituído com a aprovação do novo arcabouço-, o professor do Insper e colunista da Folha Marcos Mendes diz que o projeto original do governo era um modelo em que a conta só fechava se a carga tributária aumentasse consideravelmente.

"Pouco mudou nesse desenho com o substitutivo, a vinculação de saúde e educação não poderia ser tratada agora, o aumento de salário mínimo e suas consequências estão isentos e o aumento da folha teria um instrumento para limitar isso com acionamento de gatilhos maior, em dois anos."

Mendes acrescenta que o texto permite ao Executivo não acionar o gatilho, ao argumentar que, com um conjunto menor de restrições seria possível voltar à trajetória da meta. "Abre espaço para lero-lero", diz.

"O substitutivo dá alguns instrumentos de controle, para um governo que tem intenção de fazer ajuste fiscal, ao incluir pontos que estavam fora. Só que dá também muita margem para um governo que não queira fazer ajuste fiscal. No primeiro ano, os gatilhos são muito fracos, e o efeito é defasado."

Já para o economista da Unicamp Pedro Paulo Zahluth Bastos, as alterações do relator pioraram bastante o arcabouço, que já era muito restritivo. Segundo ele, o arcabouço já não tinha gordura e agora ficou muito difícil garantir o crescimento econômico.

"Ao reintroduzir a exigência de contingenciar despesas durante um ano, ele retira o aspecto anticíclico que o arcabouço tinha, a variação em tomo da meta existia exatamente para o caso de um evento que produzisse queda forte da arrecadação."

Ele também considera que a mudança no pagamento do piso da enfermagem aperta o que estava

deprimido.

"As outras despesas vão ter de crescer muito abaixo de 70%. A estratégia do governo de mandar uma lei imaginando que ela seria piorada foi muito ruim. Já não tinha gordura e agora estão cortando na carne."

Em nota, a XP, por sua vez, avaliou que o projeto avança em determinados pontos, mas o saldo é neutro.

Apesar de manter o limite de despesas inicialmente proposto pelo governo, o substitutivo já determina que, para o ano de 20-24, a correção dos limites se dará pelo máximo permitido pela regra (2,5%), independente mente da receita aferida pelo governo, diz o texto.

A nota pondera que o substitutivo avançou ao introduzir, de forma gradual, para o primeiro e segundo ano de descumprimento da meta, os mecanismos que incluem a vedação ao aumento de salários de servidores, realização de concursos e elevação de despesas acima da **inflação**. "No entanto, o salário mínimo, que indexa praticamente um terço do Orçamento, acabou ficando de fora."

FMI defende atuação do BC nos juros

O FMI apoiou o governo nos seus planos de um novo arcabouço fiscal, a política monetária do do BC e a ampliação da base tributária em nota divulgada nesta terça (16). Técnicos do organismo internacional se reuniram na manhã desta terça com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), para uma avaliação periódica que faz dos países-membros. "Apoiamos fortemente o compromisso das autoridades em melhorar a posição fiscal brasileira. Reforçar o arcabouço fiscal, ampliar a base tributária e enfrentar a rigidez dos gastos apoiariam a sustentabilidade e a credibilidade e, ao mesmo tempo, proporcionariam flexibilidade, inclusive para atender novos gastos prioritários", disse, em nota, o FMI após o encontro.

Como fica o arcabouço após mudanças do relator

#### OBRIGAÇÃO DE CONTINGENCIAR

Relator inseriu no texto a obrigação de o governo contingenciar despesas durante o ano, caso haja perspectiva de frustração de receitas ou aumento de outros gastos que ameace o cumprimento da meta fiscal no exercício. A tarefa é exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, mas o governo pretendia flexibilizar norma por meio do novo arcabouço

Relator inova ao propor que o contingenciamento das discricionárias deve ficar limitado a 25% de seu total

#### INCLUSÃO DE GATILHOS DE AJUSTE

Caso as contas do governo apresentem resultado abaixo do limite inferior da meta, fica vedado:

Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa

Criação ou majoração de auxílios, vantagens e benefícios de qualquer natureza

Criação de despesa obrigatória

Medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da **inflação**, observada a manutenção do poder de compra

Criação ou expansão de programas e linhas de financiamento de dívidas que ampliem subsídios e subvenções

Concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária

Prazo As medidas valem por um ano. Se no ano seguinte a meta for atingida, as sanções caem automaticamente

Suspensão O presidente da República pode propor ao Congresso a suspensão parcial ou maior gradação das vedações listadas acima, desde que demonstre que o impacto e a duração das medidas adotadas serão suficientes para a correção do desvio

Exceções Medidas de ajuste não se aplicam aos reajustes do salário mínimo definidas em lei de valorização do piso

No segundo ano seguido de descumprimento, passa a ficar vedado também:

Aumentos e reajustes em geral na despesa com pessoal

Admissão ou contratação de pessoal, a não ser para repor vacâncias

Realização de concurso público, exceto para repor vacâncias

#### DIMINUIÇÃO DA LISTA DE EXCEÇÕES AO LIMITE DE DESPESAS

O que o relator tirou da lista de exceções proposta pelo governo (ou seja, itens passam a consumir espaço no limite de gastos):

Despesas com investimentos do Tesouro em empresas estatais não financeiras

Repasse a estados e municípios para bancar o piso da enfermagem

Fundeb (fundo da educação básica)

Ajuda federal às forças de segurança do Distrito Federal por meio do FCDF (Fundo Constitucional do Distrito Federal)

Como ficou a lista

de exceções ao

limite de gastos:

1 Transferências constitucionais a estados e municípios a título de repartição tributária

2 Créditos extraordinários, liberados em casos imprevisíveis e urgentes (como os decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública)

3 Despesas custeadas com recursos de doações ou de acordos judiciais ou extrajudiciais firmados em função de desastres

4 Despesas das universidades e instituições federais, e das empresas públicas da União prestadoras de serviços para hospitais universitários federais, quando custeadas com receitas próprias, de doações ou de convênios

5 Despesas custeadas com recursos oriundos de transferências dos demais entes da Federação para a União destinados à execução direta de obras e serviços de engenharia

6 Despesas com acordos de precatórios a serem pagos com desconto

7 Operações de encontros de contas com precatórios

8 Despesas não recorrentes da Justiça Eleitoral com a realização de eleições

9 Transferências legais a estados e municípios de recursos obtidos com concessão florestal

#### CÁLCULO DE RECEITAS

Adiciona à lista de exceções do cálculo das receitas os programas especiais de recuperação fiscal que sejam destinados a regularizar a situação de devedores e gerar recursos à União. Com isso, o governo não poderá usar esse tipo de recurso para expandir

receita e, em consequência, a despesa do ano seguinte

Relator manteve de fora do cálculo das receitas os demais itens propostos pelo governo. São eles toda a arrecadação com concessões e permissões, dividendos e participações pagos por estatais, e ganhos com a exploração de recursos naturais (o que compreende principalmente royalties com petróleo) - além da conta com transferências constitucionais feitas a estados e municípios

#### BÔNUS PARA INVESTIMENTOS

Passa a prever que apenas 70% do excesso de superávit poderá ser direcionado a investimentos. No projeto original, o excesso de arrecadação em relação à meta de primário poderia ser usado, de forma única, para bancar obras e outros investimentos sem afetar o limite de despesas. Haveria apenas um limite temporário, equivalente a R\$ 25 bilhões (corrigido anualmente pela inflação), válido até 2028

#### CRONOGRAMA

O relator da proposta do novo arcabouço fiscal, Cláudio Cajado (PP-BA), prevê a aprovação do regime de urgência nesta quarta (17) e do arcabouço fiscal em si na quarta-feira da próxima semana (24)

#### Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50279&maxTouch=0>

# Regra fiscal traz avanço, mas ainda gera incerteza, dizem economistas

**I LUIZ GUILHERME GERBELLI, FERNANDA TRISOTTO e ANTONIO TEMÓTEO**

O projeto da nova âncora fiscal, apresentado na segunda-feira à noite pelo relator do projeto na Câmara, deputado Cláudio Cajado (Progressistas-BA), traz inovações, mas para economistas ouvidos pelo Estadão ainda traz incertezas sobre o controle de gastos.

O relatório reduziu o número de exceções à regra proposta pelo governo de 13 para 5. E preservou o aumento real (acima da **inflação**) do salário mínimo mesmo se o governo descumprir a meta fiscal - saldo entre as receitas e as despesas, sem contar os juros da dívida.

O Bolsa Família, porém, diferentemente do dito por Cajado na noite de segunda-feira, não está incluído nas exceções (mais informações nesta página).

Para o coordenador do Observatório de Política Fiscal do Ibre/FGV, Manoel Pires, as principais alterações do relator deixam o arcabouço fiscal mais duro, mantendo sua essência.

"O avanço do novo arcabouço fiscal ajudará em um momento em que a macroeconomia, no curto prazo, se mostra mais favorável para o País, com menor **inflação** e mais crescimento", diz.

Economista da XP, Tiago Sbardelotto afirmou que mudanças trazidas pelo texto da regra fiscal ampliaram despesas no curto prazo. Pelos cálculos de Sbardelotto, da forma que está, o governo estaria autorizado a gastar até R\$ 40 milhões a mais no próximo ano.

"Algumas inovações são positivas, ainda que tenham efetividade limitada. É o caso da inclusão de algumas despesas dentro do teto, como o piso de enfermagem, a capitalização de empresas estatais e o FCDF (Fundo Constitucional do Distrito Federal)", afirmou. Segundo ele, houve avanços, mas que ainda não são suficientes para garantir a estabilização da dívida pública.

O economista e sócio da Tendências Consultoria Silvio Campos Neto afirmou que o texto apresentado, apesar de avançar em relação à proposta apresentada pelo

governo, "não é capaz de reduzir o ceticismo com o alcance das metas previstas de resultado primário nos próximos anos". "O próprio texto abre margem para o governo não colocá-los em prática, ao permitir que o presidente da República proponha a suspensão das vedações ao Congresso desde que aponte medidas corretivas", disse Campos Neto. De acordo com ele, a proposta atende ao objetivo de reduzir os temores de descontrole de despesas e da dívida nos próximos anos, mas "não traz o rigor necessário que o momento impõe".

Para Bráulio Borges, economista sênior da LCA Consultores e pesquisador associado do FGV Ibre, substitutivo elaborado pelo relator introduziu mudanças no texto original que propõe maior rigor fiscal. No entanto, disse ele, outras alterações "representam um relaxamento, que irá criar maior dificuldade para o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas".

## VOTAÇÃO.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o governo tem o desafio de aprovar o projeto do novo arcabouço fiscal com larga margem de votação, frisando ser preciso maioria qualificada (257 deputados e 41 senadores).

"Temos o desafio de aprovar o arcabouço com larga margem de votação para dar consistência ao regime fiscal do País", afirmou quando se dirigia para uma reunião no Palácio do Planalto.

Haddad disse estar satisfeito com o texto e ponderou que os deputados buscam soluções para ser uma lei com durabilidade e resiliência.

As sanções

As travas impostas pelo texto do relator

Em caso de descumprimento da meta de **inflação** no 1º ano, fica proibido:

Criar cargos que impliquem aumento de despesa

Alterar estrutura de carreira

Criar ou aumentar auxílios

Criar despesa obrigatória

Reajustar despesa obrigatória acima da variação da **inflação**

Ampliar subsídios e subvenções

Conceder ou ampliar benefício tributário

Em caso de descumprimento da meta de **inflação** no segundo ano, fica proibido:

Realizar reajuste de despesas com servidores

Admissão ou contratação de pessoal, ressalvadas as posições de vacância

Realizar concursos públicos, exceto para reposições de vacância

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>



# Relator mantém Bolsa Família sujeito à regra fiscal



Poucas exceções. Deputado Cláudio Cajado (PP-BA) diz que ficaram cinco despesas fora da regra das 13 enviadas pelo governo

**VICTORIA ABEL, MANOEL VENTURA E RENAN MONTEIRO**

O deputado Cláudio Cajado (PP-BA), relator do projeto do arcabouço fiscal na Câmara, afirmou ontem que o programa Bolsa Família estará sujeito às penalidades da regra, em caso de descumprimento da meta, mas que o governo federal poderá propor medidas alternativas para compensar o gasto. Na prática, o Executivo terá que enviar um projeto de lei ao Congresso com medidas de aumento de receitas ou cortes de gastos para que o Bolsa Família tenha reajustes independentemente do resultado das contas públicas.

Cajado confirmou a votação da urgência do projeto hoje, e do mérito da proposta, na semana que vem: -O Bolsa Família está como despesa obrigatória. O que nós excluimos da vedação é o reajuste do salário-mínimo. O presidente pode pedir ao Congresso Nacional o valor de reajuste do Bolsa Família, com uma compensação. Será uma lei complementar.

Afala do deputado contraria sua própria declaração de segunda-feira, quando afirmou que tanto o salário mínimo quanto o Bolsa Família estavam excluídos dos gatilhos.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reconheceu que o governo precisou ceder em alguns pontos, mas disse que contingenciamento do Bolsa

Família não acontecerá porque o governo vai cumprir as metas. Ele disse que está confiante em vitória por ampla margem de votos na apreciação do texto no Congresso: -O Bolsa Família é despesa obrigatória, então está preservado.

Se o governo mandar uma proposta de reajuste do Bolsa Família (acima da **inflação**), é muito difícil o Congresso recusar, porque você está falando da camada mais pobre da população. Mas isso não será necessário. Nós vamos conduzir a gestão fiscal da maneira mais responsável, atendendo aquela parcela da sociedade que efetivamente precisa mais da atenção do Estado.

Lideranças de partidos da base de governo se reuniram com Cajado na manhã de ontem para pedir explicações sobre o texto. As legendas, que incluem o PT, pediram a revisão da lista de exceções à regra, com a exclusão do Fundeb e do piso da enfermagem do cálculo da meta fiscal, que prevê que os gastos podem subir no máximo 2,5% acima da **inflação**.

Segundo o líder do partido na Câmara, Zeca Dirceu (SP), os partidos querem mais explicações do relator sobre o motivo de deixar os gastos nessas duas áreas limitados por lei: -Queremos que o relator e a equipe técnica expliquem melhor as vantagens e desvantagens.

Ele disse que tem vantagens do piso da enfermagem e Fundeb estarem incluídos no teto. Ele prometeu uma nota técnica que pode, inclusive, tranquilizar, esclarecer e nem ser necessário avançar em uma possível mudança.

O petista ressaltou que possíveis alterações serão acordadas previamente e não haverá apresentação de emendas.

-Sugerir mudanças é sempre possível. Agora, nenhuma mudança vai ser feita sem que haja um amplo acordo, que não envolve só a bancada do PT. Envolve os partidos da base e os que não são da base de governo. Se houver mudanças, elas não serão fruto de uma única sugestão, de um único partido -disse.

**VOTAÇÃO EM PLENÁRIO DIA 24** Apesar do pedido para revisão das exceções à meta fiscal, os petistas concordaram com o Bolsa Família estar oficialmente

incluído nas possibilidades de sanções administrativas.

Os deputados aceitaram atese de que o programa poderá ter reajuste real, mesmo em caso de descumprimento da meta, se o governo pedir o aumento de gastos apresentando medidas compensatórias.

- Vamos votar a favor. Se quiser aumentar mais, pode aumentar desde que tenha espaço - afirmou o deputado Carlos Zaratini (PT-SP).

A líder do PCdoB, Jandira Feghali (RJ), afirmou que não houve mudanças na regra para o Bolsa Família e que o texto está acordado: -O salário mínimo fica excepcionalizado de qualquer sanção porque ele terá, para além da **inflação**, aumento real.

Mantém a política do governo.

O Bolsa Família é uma despesa obrigatória, portanto, ela não sofre contingenciamento.

No caso de não cumprimento da meta, terá aumento pela **inflação**.

A única sanção que o programa pode sofrer é não ter aumento real.

Caso a urgência do arcabouço fiscal seja aprovada hoje na Câmara, o projeto irá direto a plenário, sem passar pelas comissões. A expectativa, segundo Cajado, é que o mérito seja votado na próxima quarta-feira, dia 24.

Segundo Cajado, as novas exceções à meta representam 1% das despesas. Das 13 exceções originais previstas no texto, só cinco foram mantidas.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>